



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2920/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria nº 0003, de 06 de janeiro de 2026, nos termos das disposições contidas na Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo de disputa **“ABERTO”** para *“Contratação de solução continuada para atendimento às demandas de mobilidade institucional, mediante a disponibilização de veículos automotores em caráter não permanente, visando assegurar o deslocamento de pessoal, materiais e equipamentos necessários à execução das atribuições da AMAE-CM”*, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Termo de Referência.

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

II – DO OBJETO

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

IV – DO CREDENCIAMENTO

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

IX – DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

X – DA HABILITAÇÃO

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

XII – DOS RECURSOS

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

XIV – DO PAGAMENTO

XV – DAS PENALIDADES

XVI – DA CONTRATAÇÃO

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO



XVIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO;

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO;



**PREGÃO ELETRÔNICO N. 006/2026 – AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E
ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU**

I – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1 A abertura desta licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro, a ser realizada conforme indicado a seguir, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

1.2 No dia **26/05/2026, às 10:00 horas**, será feita a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do Sistema de Compras do Licitanet - sítio <https://www.licitanet.com.br>.

1.3 Todas as referências de tempo neste edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

II – DO OBJETO

2.1 Esta licitação tem por objeto o *“Contratação de solução continuada para atendimento às demandas de mobilidade institucional, mediante a disponibilização de veículos automotores em caráter não permanente, visando assegurar o deslocamento de pessoal, materiais e equipamentos necessários à execução das atribuições da AMAE-CM”*, conforme especificações e quantidade estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no licitanet.com.br e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

III – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio do correio eletrônico licitacoespmcm@gmail.com

3.2 As impugnações deverão ser dirigidas ao pregoeiro por quem tenha poderes para representar a licitante ou por qualquer cidadão que pretenda impugnar o ato convocatório nesta qualidade

3.3 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

3.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório que implique sua modificação, será divulgada nova data para realização do certame, da mesma forma em que se deu a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br>, por meio do link Processos>Cachoeiras de Macacu>Pregão> Impugnar, para conhecimento da sociedade em geral e dos fornecedores, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para obtenção das informações prestadas, cujas respostas vincularão tanto os participantes quanto a administração.

3.6 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo de licitação.

IV – DO CREDENCIAMENTO



4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.2 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos e seus lances, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.1 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS À ME/EPP

5.1 Poderão participar deste pregão eletrônico empresas que:

5.1.1 Atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital.

5.1.2 Estejam previamente credenciadas perante o sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br>

5.1.3 Manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.1.4 Na ocasião de participação das microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP, serão adotados os critérios estabelecidos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no Decreto n. 8.538/2015, com ressalva para os casos previstos nos incisos I e II, do § 1º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.5 Para o enquadramento das ME/EPP, a licitante, no ato de envio de sua proposta e da documentação de habilitação, em campo próprio do sistema, deverá declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 para fazer jus aos benefícios da referida Lei.

5.1.5.1 A licitante deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que não detém, no ano-calendário de realização desta licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no valor de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões, oitocentos mil reais), nos termos do § 2º, do art. 4º, da Lei n. 14.133/2021.

5.1.6 A falsidade nas declarações de que tratam os itens 5.1.4 e 5.1.5.1, ou qualquer outra firmada durante o certame, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.2 Não poderão participar deste certame, licitantes interessadas e enquadradas em qualquer das seguintes hipóteses:

5.2.1 Impedidas de contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021;

5.2.2 Suspensas de participar de licitações e impedidos de contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, nos termos do art.156, III, da Lei n.º 14.133/2021;



5.2.2.1 A suspensão prevista no item acima, aplica-se apenas no âmbito do Município de Cachoeiras de Macacu/RJ.

5.2.3 Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

5.2.4 Os impedimentos de que tratam os itens 5.2.1, 5.2.2 e 5.2.3 também serão aplicados às licitantes que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.2.4.1 Para aplicação do item anterior, será realizada a Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, momento em que o pregoeiro diligenciará a licitante para verificar a possibilidade de fraude à licitação, mediante a checagem dos vínculos societários da empresa, linhas de fornecimentos similares, dentre outras formas admitidas, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.2.5 Interessadas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.2.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.2.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.2.8 OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Acórdão TCU n. 746/2014 – Plenário – TC 021.605/2012-2 e acórdão TCU n. 2.426/2020 – Plenário).

5.2.9 Empresas que possuam registro de impedimento de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça.

5.2.10 Empresas que possuam registros impeditivos de contratação, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal da Transparência.

5.2.11 Empresas cujo objeto social, expresso no estatuto ou contrato social, seja incompatível com o objeto desta licitação.

5.2.12 Empresa em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

5.2.12.1 A empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

5.2.12.2 A empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto no item 5.2.12.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.



5.2.12.3 A regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos dos itens 5.2.12.1 e 5.2.12.2.

VI – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇO

6.1 Após a divulgação deste edital no sítio www.licitanet.com.br as licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e do preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas no termo de referência, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, se encerrará a fase de recebimento de propostas.

6.2 No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a licitante deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

6.3 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta.

6.4 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas no Termo de Referência.

6.5 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da apresentação da proposta final (planilha readequada).

6.6 Os preços deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

6.7 Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8 Na etapa de apresentação da proposta pela licitante não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

6.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público, após o encerramento do envio de lances.

6.10 Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com preços acima do orçamento estimado para a contratação.

VII – DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico dará início, automaticamente, à sessão pública na data e horário previstos na cláusula I deste edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas no prazo estipulado, as quais deverão guardar perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no instrumento convocatório.

7.2 A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada pelo sistema.



VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO DESEMPATE

8.1 No horário fixado para a abertura da sessão pública, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, o sistema informará às licitantes do recebimento do lance e o valor consignado no registro.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

8.2.1 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 10,00 (dez reais) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.1.1 Observada a condição do item anterior, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.2.1.2 O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

8.2.1.3 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

8.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.4 No transcurso da sessão pública, o sistema prestará informação às licitantes, em tempo real, do lance de menor valor registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para menos ou para mais.

8.6 A etapa de lances seguirá o procedimento do modo de disputa, a qual será composta por uma etapa aberta.

8.7 Nesse modo de disputa, a etapa aberta de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos.

8.8 Encerrado o prazo disposto no item 8.7, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.9 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente.

8.10 Do desempate:

8.10.1 Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista neste item 8.10.1;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para



que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da alínea “b” deste item ou não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito;

d) caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes na mesma condição, na ordem de classificação. Havendo êxito nesse procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação;

e) não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, bem como das condições indicadas nos itens 5.1.5 e 5.1.6 deste edital;

8.11 Não existindo ME/EPP participante e havendo igualdade de condições entre as participantes será utilizado como critério de desempate, o estabelecido no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, situação em que o pregoeiro abrirá nova disputa ou indicará prazo para envio de documentação comprobatória.

8.12 Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a empresa licitante desistente às penalidades previstas neste edital.

8.13 Caso ocorra desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances e, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.14 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação às empresas participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br>

IX – DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Apurada a melhor oferta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, para avaliar a sua aceitação quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 O pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida uma melhor proposta, observando o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

9.3 Havendo negociação ou não, a licitante terá o prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados à negociação.

9.3.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:



a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

9.4 A apresentação das planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora, no mesmo prazo do item 9.3.

9.5 Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

9.6 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que satisfeitos todos os termos estabelecidos neste edital.

9.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrando em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.7.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

9.8 Encerrada a fase de julgamento, através do registro de aceitação da proposta pelo pregoeiro, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos ou conforme o prazo determinado durante a sessão.

X – DA HABILITAÇÃO

10.1 Encerrada a fase de julgamento e da intenção de recurso, o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital.

10.1.1 A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
- b) de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.

10.2 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.2.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.2.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



10.3 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que são emitidos somente em nome da matriz.

10.4 A documentação de habilitação deverá conter:

Habilitação jurídica

- a) cédula de identidade;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado da prova da diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, se for o caso, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Regularidade fiscal, social e trabalhista

- f) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda;
- g) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e emitida exclusivamente pelos sites destes órgãos, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 103, de 20 de dezembro de 2021, que alterou a Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 2/10/2014;
- i) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e/ou Municipal, se houver, do domicílio ou sede da licitante;
- j) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

10.5 Qualificação econômico-financeira:

10.5.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperações Judiciais, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos



exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei (inclusive o Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.5.2.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.5.2.2. Será admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

10.5.2.3. As sociedades anônimas deverão apresentar balanço publicado em jornal de grande circulação ou em diário oficial e ata da assembleia geral ordinária que o aprovou (Lei nº 6.404 de 15/12/76 e alterações);

10.5.3. As demonstrações contábeis e o balanço patrimonial deverão estar acompanhados do Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diários dos exercícios apresentados, devidamente registrados na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.

10.5.4. Comprovação da boa situação financeira dos 02 (dois) últimos exercícios da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = _____

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = _____

Passivo Circulante



10.5.5. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável à Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

10.5.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação (capital mínimo) OU (patrimônio líquido mínimo) de 9% (até 10%) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente.

10.5.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

10.6 Declarações exigidas:

- a)** declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988, e art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- b)** declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c)** declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do art. 63 da Lei n. 14.333/2021;
- d)** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação;

10.6.1 As declarações elencadas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” deverão ser formalizadas em campo próprio no sistema <https://www.licitanet.com.br>.

10.7 Qualificação técnica:

10.7.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.7.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7.3. Alvará Sanitário ou licença equivalente emitido por autoridade competente.

10.8 O descumprimento das exigências contidas na habilitação determinará a inabilitação da licitante.



10.9 As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação arrolada nesta cláusula, ainda que apresentem alguma restrição.

10.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.9.1.1 O prazo de que trata o subitem 10.10.1 poderá ser prorrogado, por igual prazo, a critério da Administração, nos termos do Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015.

10.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto nos subitens 10.9.1 e 10.9.1.1 desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista neste edital e em lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a formalização da avença, ou revogar a licitação.

10.10 Sempre que julgar necessário, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de originais dos documentos exigidos da licitante.

10.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos neste edital.

10.12 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.12.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.13, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

10.12.2 O pregoeiro, para comprovar a regularidade da licitante, quando necessário, poderá consultar documentos que estejam disponíveis nos sistemas informatizados.

10.13 Verificado o desatendimento de quaisquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante classificada subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às exigências do edital.

10.14 A inabilitação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.15 Constatado o atendimento aos requisitos habilitatórios, o pregoeiro habilitará e declarará vencedora do certame a licitante correspondente.

10.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem 10.12.

10.17 Após o pregoeiro registrar a habilitação ou inabilitação, o sistema abrirá prazo para manifestação de intenção de recurso, nos termos da cláusula XII – DOS RECURSOS, pelo prazo de 10 (dez) minutos.



10.18 A documentação física, caso solicitada, deverá ser encaminhada em cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua: Oswaldo Aranha, nº 06, Centro, CEP: 28681-335, Cachoeiras de Macacu/RJ. Aos cuidados do pregoeiro responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

XI – DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO

11.1 A licitante vencedora deverá enviar a proposta definitiva de preço, por meio do link “Enviar anexo/planilha atualizada”, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de ser considerada desistente, sujeitando-se às sanções previstas na cláusula XV (Das Penalidades) deste edital.

11.2 Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

11.3 A proposta de preços deverá ser redigida em Língua Portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e nela deverão constar:

11.3.1 Razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, correio eletrônico para contato e recebimento/aceite da nota de empenho, banco, agência, praça de pagamento e conta corrente, assinatura e nome legível do representante legal da empresa responsável pela proposta.

11.3.2 O endereço e o CNPJ informados deverão ser do estabelecimento que de fato emitirá a nota fiscal/fatura.

11.3.3 A descrição de forma clara e detalhada do objeto, abrangendo, no mínimo, as características do objeto licitado.

11.3.4 Preço unitário e total (com tributos, insumos e demais encargos da contratação), com exibição do valor em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme o lance final.

XII – DOS RECURSOS

12.1 A intenção de recurso ocorrerá em dois momentos, sendo:

a) de forma imediata após o término do julgamento das propostas, consoante disposto na cláusula IX deste edital;

b) de forma imediata após a declaração de habilitação e/ou inhabilitação, consoante disposto na cláusula X desse edital.

12.2 Qualquer licitante poderá manifestar motivadamente, dentro do prazo de 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico, conforme indicado nas alíneas “a” e “b” do item 12.1.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada das licitantes implicará decadência do direito de recurso.

12.4 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, se desejarem, a apresentar



contrarrazões em igual prazo, também via sistema, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata (pelo sistema) dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, em atenção ao disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente desta licitação está estimada no valor total de **R\$ 662.090,28** (Seiscentos e sessenta e dois mil, noventa reais e vinte e oito centavos) conforme estimado em pesquisa do Departamento de Compras Governamentais.

13.1.1 Natureza de Despesa:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	30.033	3.3.90.39.00.00.00.00	1.759.0000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

13.2 Em razão das limitações sistêmicas do www.licitanet.com.br, ao cadastrar sua proposta neste, a licitante deve prever o valor integral para 1 (um) ano e o quantitativo para esse período. No envio da proposta ajustada, deverá contemplar os quantitativos, os valores unitários e totais para o período de 1 (um) ano, que corresponde à vigência da contratação.

XIV – DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado por ordem bancária, no prazo definido no contrato, após o atesto firmado por funcionários da nota fiscal/fatura, cujo documento deverá estar em conformidade com as condições estabelecidas.

14.1.1 As notas fiscais deverão ser emitidas eletronicamente e devidamente protocoladas no setor próprio da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU - AMAE-CM.

XV – DAS PENALIDADES

15.1 A licitante, em caso de descumprimento às regras deste edital, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, ficará sujeita às seguintes penalidades:

15.1.1) multa compensatória:

- a)** 5%, calculada sobre o valor adjudicado, em caso de não regularização da documentação exigida para ME/ EPP, nos prazos previstos na Cláusula X;
- b)** 15%, calculada sobre o valor homologado, em caso da não apresentação da



garantia, na opção da modalidade de seguro-garantia, se houver, nos termos do §3º do art. 96 da Lei n. 14.133/21.

c) 15% calculada sobre o valor homologado, em caso de não assinatura do instrumento contratual, se houver ou não confirmação do recebimento da nota de empenho.

15.1.2 impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 2 (dois) meses;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ, pelo período de 4 (quatro) meses;
- c) não assinar a ata ou não entregar documentação exigida para a contratação, quando convocado: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 4 (quatro) meses;
- d) fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

15.1.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 36 (trinta e seis) meses;
- b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses;
- c) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – declaração de idoneidade para licitar e contratar pelo período de 60 (sessenta) meses.

15.1.4 As multas previstas no item 15.1.1 poderão cumular-se com as penalidades previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 deste capítulo.

15.2 É admitida a reabilitação da licitante perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa, se houver;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste edital ou no ato punitivo.

15.3 A sanção por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação do licitante, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4 A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula levará em consideração os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, ficando a cargo do **AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU** decidir sobre a mais adequada ao caso concreto.

15.5 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula será realizada mediante processo administrativo específico, por meio de comunicação à licitante da penalidade, sendo assegurado, em todos os casos, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.6 Fica assegurado à licitante o uso dos recursos previstos em lei.

15.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7.1 Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica alcançam não apenas os sócios de direito, mas também os sócios ocultos que exerçam de fato a gerência da pessoa jurídica" (TCU, Acórdão 229/2023 - Plenário).

15.8 As penalidades previstas nesta cláusula referem-se ao descumprimento do certame licitatório, ficando as penalidades pelo descumprimento contratual previstas na minuta do contrato, anexo a este edital.

XVI – DA CONTRATAÇÃO

16.1 Homologada a licitação, a **AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU**, poderá convocar a licitante vencedora, durante a validade de sua proposta, para a devida assinatura do instrumento contratual que se dará em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na Lei 14.133/21.

16.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

16.2 É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato ou não retirar a Nota de Empenho, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo ou retirá-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

16.3 Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:



- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação,
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.4.1 A regra do item 16.4 não se aplicará às licitantes remanescentes convocados na forma do item 16.2.

16.5 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou retirada da Nota de Empenho, verificar-se-á, por meio do SICAF ou de outros meios, se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

16.6 A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU poderá requerer, no momento da assinatura do contrato, a documentação pessoal (RG e CPF) e a que confere poderes para a formalização do instrumento contratual.

16.7 A critério da AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU, a assinatura do contrato poderá ocorrer de forma manual.

XVII - DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Fica vedada a subcontratação no fornecimento objeto do presente, na forma do artigo 122, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

XVIII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições deste edital.

19.2 Assegura-se a este Município o direito de:

19.2.1 Promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, fixando as licitantes, prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2.2 Caso entenda necessário, examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico;



19.2.2.1 A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, cuja ocorrência será registrada em ata.

19.2.3 Revogar esta licitação por razões de interesse público (art. 71, inciso II, da Lei n. 14.133/2021), decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado.

19.2.4 Adiar a data da sessão pública.

19.3 O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.4 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.

19.5 O desatendimento às exigências formais e não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do pregão.

19.6 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.

19.7 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.8 Os documentos originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas para Mulheres.

19.9 O edital estará à disposição dos interessados, em meio digital, nos endereços eletrônicos

www.pncp.gov.br;

https://transparencia.betha.cloud/#/VZlCw3tEQSz63QIK2HkQw==*/consulta/31197.

<https://www.licitanet.com.br>

Cachoeiras de Macacu/RJ, 07 de maio de 2026.

Fábio Marinelli Pontes
Presidente da AMAE-CM



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2920/2026

ÓRGÃO REQUISITANTE: AMAE-CM

1. DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso I)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a *contratação de solução continuada para atendimento às demandas de mobilidade institucional, mediante a disponibilização de veículos automotores em caráter não permanente, visando assegurar o deslocamento de pessoal, materiais e equipamentos necessários à execução das atribuições da AMAE-CM, conforme condições técnicas, operacionais e administrativas.*

1.2 – Especificação do Objeto:

1.2.1 A contratação compreenderá a disponibilização de 9 (nove) veículos, conforme especificações, sendo:

Item	Descrição	Período	Quantidade
1	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine dupla (4 portas), combustível diesel, tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 630 kg, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.	12 meses	1
2	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine dupla (4 portas), combustível flex (gasolina/etanol), tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 1 (uma) tonelada, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags	12 meses	1



Item	Descrição	Período	Quantidade
	frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada		
3	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine simples (2 portas), combustível flex (gasolina/etanol), tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 630 kg, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada	12 meses	3
4	Veículo de passeio com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, motorização mínima 1.0, cor branca, combustível flex (gasolina/etanol), transmissão manual ou automática, 4 portas, capacidade mínima de 05 (cinco) ocupantes, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.	12 meses	4



1.3 – Requisitos de Contratação:

1.3.1 – A empresa contratada deverá disponibilizar todos os veículos em perfeito estado de conservação com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, devidamente licenciados e aptos à utilização imediata em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato.

1.3.2 – A contratada será responsável pela manutenção **preventiva e corretiva**, abrangendo mão de obra, peças, pneus, fluidos, serviços mecânicos e elétricos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

1.3.3 – A contratada deverá fornecer **assistência 24 (vinte e quatro) horas**, incluindo serviço de guincho/reboque e socorro mecânico, com número de contato e procedimento de acionamento divulgados à Administração.

1.3.4 – Em caso de pane, sinistro, falha mecânica ou outra indisponibilidade, a contratada deverá disponibilizar **veículo reserva** e efetuar a **substituição imediata**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo justificado e previamente aceito pela Administração.

1.3.5 – Todos os veículos deverão contar com **seguro total** vigente, cobrindo colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros e assistência emergencial, devendo a contratada apresentar apólice e comprovantes sempre que exigido pela fiscalização.

1.3.6 – A contratada arcará integralmente com **todas as despesas administrativas e legais** relativas aos veículos, inclusive licenciamento, IPVA, seguros, multas anteriores à entrega e demais taxas, não sendo admitido qualquer ressarcimento por parte da Administração.

1.3.7 – Os veículos deverão estar equipados com os **itens de segurança obrigatórios**, incluindo airbags (quando aplicável), freios ABS, cintos de segurança para todos os ocupantes, estepe em condições, triângulo, macaco e chave de roda.

1.3.8 – A contratada deverá disponibilizar **canal de atendimento** com pessoa(s) responsável(is) indicada(s) e prazo de resposta para ocorrências, devendo constar plano de atendimento e SLA no contrato.

1.3.9 – A entrega dos veículos deverá ocorrer com **nível de combustível compatível com a política da contratada**, sendo que a devolução observará o mesmo nível pactuado entre as partes, registrado em documento de entrega.



1.3.10 – A substituição de veículo por motivo técnico deverá ser feita por outro veículo de **modelo/versão igual ou superior** ao originalmente contratado, sem qualquer ônus adicional.

1.3.11 – A locação será **com quilometragem livre**, sendo vedada qualquer cobrança adicional por quilometragem, salvo previsão expressa em contrário no instrumento contratual devidamente justificada e aprovada pela Administração.

1.3.12 – A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, **relatórios periódicos de manutenção**, comprovantes de despesas efetuadas com reparos (quando aplicável), cópias de apólices de seguros e demais documentos necessários ao controle e acompanhamento contratual.

1.3.13 – Fica vedada a subcontratação total do objeto; eventual subcontratação parcial somente será admitida mediante prévia e expressa autorização por escrito da Administração, devidamente justificada e instruída com documentos que comprovem capacidade técnica e regularidade do subcontratado.

1.3.14 – É vedado à contratada transferir a qualquer título os encargos ou obrigações deste contrato sem prévia autorização por escrito da Administração.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O presente objeto classifica-se como bem comum e serviços comuns: por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, dessa forma a Lei nº 14.133/2021, classifica-os como:

“Lei Federal 14.133/21, Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”

2.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns)/serviço(s) demandado(s) verificamos que este(s):

- é (são) passível de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- possui(em) especificações usuais de mercado;
- e possui(em) disponibilidade no mercado.



2.3. Logo, o(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s) classifica(m)-se como sendo bem(ns) comum(ns).

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso II)

3.1. A Autarquia Municipal de Água e Esgoto de Cachoeiras de Macacu – AMAE-CM é integrante da Administração Pública Municipal, responsável pela execução, regulação, fiscalização e apoio às atividades relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico e fornecimento de água potável, bem como por ações administrativas e operacionais indispensáveis ao atendimento das demandas da municipalidade.

3.2. Para o adequado desempenho de suas atribuições institucionais, a AMAE-CM necessita de meios de transporte disponíveis de forma contínua, destinados ao deslocamento de servidores, equipes técnicas e equipamentos, viabilizando a realização de vistorias, fiscalizações, acompanhamentos operacionais, reuniões externas, atendimentos técnicos e demais atividades correlatas, em diversos pontos do território do Município de Cachoeiras de Macacu.

3.3. Atualmente, a frota própria da Autarquia é limitada, sendo composta apenas por 01 (um) caminhão e 12 (doze) motocicletas, o que se mostra insuficiente para atender às demandas administrativas e operacionais existentes.

Essa limitação gera diversos impactos negativos na execução das políticas públicas, tais como:

- dificuldade de deslocamento das equipes para atendimento das demandas operacionais e administrativas;
- impossibilidade de transportar mais de um servidor por vez, dada a inexistência de veículos de passeio;
- atrasos no cumprimento de cronogramas e agendas externas;
- sobrecarga logística em setores que dependem de deslocamento frequente;
- prejuízo à eficiência e à continuidade dos serviços prestados à população.

3.4. A inexistência de veículos de leves e utilitários adequados impede que os setores realizem suas atividades com a agilidade e a segurança necessárias, comprometendo a qualidade do serviço público e a capacidade de resposta da Administração.

3.5. Dessa forma, a presente demanda visa assegurar condições adequadas de mobilidade institucional, garantindo a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços prestados pela AMAE-CM à população, em consonância com os princípios da legalidade, planejamento, economicidade, eficiência e interesse público.



4. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IV)

4.1 – A análise constante no Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a **contratação deverá ser realizada de forma parcelada por item**, uma vez que cada tipo de veículo possui características técnicas próprias, finalidades específicas e demandas distintas dentro da estrutura administrativa do Município.

4.2 – O parcelamento por item amplia a competitividade entre os fornecedores, permite a participação de empresas especializadas em categorias específicas de veículos, assegura maior vantajosidade para a Administração e reduz o risco de preços acima do mercado.

4.3 – A adoção dessa forma de parcelamento não compromete a execução contratual, pois cada item é autônomo e independente dos demais, não havendo relação técnica ou funcional que justifique a contratação em lote único.

4.4 – A adoção do parcelamento atende aos **princípios da economicidade, eficiência e competitividade**, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às boas práticas de planejamento da contratação, conforme orientação consolidada dos órgãos de controle.

4.5 – Assim, justifica-se o parcelamento da presente contratação **por item**, visando ampliar a competição, assegurar preços mais favoráveis, facilitar a gestão contratual e atender de forma mais precisa às necessidades específicas de cada setor requisitante.

5. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso V)

5.1 - Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VI)

6.1. A solução proposta consiste na *Contratação de solução continuada para atendimento às demandas de mobilidade institucional, mediante a disponibilização de veículos automotores em caráter não permanente, visando assegurar o deslocamento de pessoal, materiais e equipamentos necessários à execução das atribuições da AMAE-CM, conforme condições técnicas, operacionais e administrativas.*



6.2. O objeto inclui a disponibilização contínua dos veículos, em perfeitas condições de uso, com todos os custos de manutenção, documentação e serviços necessários à plena operação já incluídos no valor mensal.

6.3. Componentes da solução

6.3.1. QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – VEÍCULOS

unidade 01 – VEÍCULOS DE PASSEIO

Item	Descrição
Quantidade	04 (quatro)
Tipo	Veículo de passeio com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Motorização mínima	1.0
Cor	Branca
Combustível	Flex (gasolina/etanol)
Transmissão	Manual ou automática
Número de portas	04 (quatro)
Capacidade mínima	05 (cinco) ocupantes
Direção	Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida)
Ar-condicionado	Obrigatório
Sistema de freios	ABS
Airbags	Frontais
Cintos de segurança	03 pontos para todos os ocupantes
Ano/modelo	com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Quilometragem	Livre
Estado de conservação	Bom estado de uso e funcionamento
Manutenção	Preventiva e corretiva por conta da contratada
Seguro	Cobertura total (casco, terceiros, APP)



Item	Descrição
Licenciamento	Regularizado, sem ônus para a contratante
Identificação visual	Já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.

unidade 02 – CAMINHONETE ABERTA – 02 PORTAS

Item	Descrição
Quantidade	03 (três)
Tipo	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Número de portas	02 (duas)
Cor	Branca
Cabine	Simples
Combustível	Flex (gasolina/etanol)
Tração	4x2 ou 4x4
Capacidade mínima de carga	Mínimo 630 kg à 1 (uma) tonelada
Direção	Assistida
Ar-condicionado	Obrigatório
Sistema de freios	ABS
Airbags	Frontais
Capacidade mínima	02 ocupantes
Ano/modelo	com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Manutenção	Inclusa, sem custo adicional
Seguro	Total, incluindo danos a terceiros
Licenciamento	Em dia, por conta da contratada



Item	Descrição
Finalidade	Transporte de materiais e equipamentos

unidade 03 – CAMINHONETE ABERTA – 04 PORTAS

Item	Descrição
Quantidade	01 (um)
Tipo	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Número de portas	04 (quatro)
Cabine	Dupla
Cor	Branca
Combustível	Diesel
Tração	4x2 ou 4x4
Capacidade mínima de carga	Mínimo 630 kg
Capacidade mínima de ocupantes	05
Direção	Assistida
Ar-condicionado	Obrigatório
Sistema de freios	ABS
Airbags	Frontais
Ano/modelo	com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Manutenção	Preventiva e corretiva inclusas
Seguro	Total (casco, terceiros e APP)
Licenciamento	Regular, por conta da contratada



Item	Descrição
Finalidade	Transporte de pessoal, materiais e equipamentos

unidade 04 – CAMINHONETE ABERTA – 04 PORTAS

Item	Descrição
Quantidade	01 (um)
Tipo	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Número de portas	04 (quatro)
Cabine	Dupla
Cor	Branca
Combustível	Flex (gasolina/etanol)
Tração	4x2 ou 4x4
Capacidade mínima de carga	Mínimo 630 kg
Capacidade mínima de ocupantes	05
Direção	Assistida
Ar-condicionado	Obrigatório
Sistema de freios	ABS
Airbags	Frontais
Ano/modelo	com até 10 (dez) anos de fabricação/uso
Manutenção	Preventiva e corretiva inclusas
Seguro	Total (casco, terceiros e APP)
Licenciamento	Regular, por conta da contratada
Finalidade	Transporte de pessoal, materiais e equipamentos



6.3.2 Cláusula técnica recomendada (opcional)

Todos os veículos deverão atender às normas do CONTRAN, estar em perfeitas condições de uso, com documentação regularizada, e permanecer disponíveis durante todo o período contratual, sendo substituídos em caso de falha mecânica que comprometa sua utilização.

6.4. Manutenção preventiva e corretiva

Durante todo o período contratual, caberá à contratada:

- realizar **todas as manutenções preventivas** recomendadas pelo fabricante;
- realizar **todas as manutenções corretivas**, sempre que necessário;
- substituir peças e componentes sem ônus adicional para a Administração;
- garantir que os serviços de manutenção sejam executados em oficinas credenciadas ou de confiança comprovada;
- assegurar que os veículos retornem em condições adequadas ao uso no menor prazo possível.

6.4.1. Essas atividades não poderão gerar custos adicionais à Administração.

6.5. Assistência técnica e atendimento emergencial

A contratada deverá disponibilizar:

- **suporte técnico 24 horas**, por telefone ou aplicativo;
- **serviço de guincho/reboque**, quando necessário;
- **substituição imediata do veículo**, em caso de pane, acidente, recall, falhas elétricas, mecânicas ou qualquer impossibilidade de uso.

6.5.1. O veículo substituto deve possuir **as mesmas características** do item original contratado.

6.6. Exigências de segurança, documentação e regularidade

A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato:

- veículos devidamente **licenciados**, com **IPVA**, **DPVAT** e demais encargos pagos;
- **seguro total** (mínimo: cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros);
- manual, chave reserva e demais itens obrigatórios por lei;
- equipamentos de segurança mínimos: triângulo, macaco, chave de roda, extintor (quando aplicável), estepe em boas condições.

6.6.1. Nenhum desses custos poderá ser repassado à Administração.

6.7. Condições de entrega, devolução e substituição



- Os veículos deverão ser entregues **limpos, abastecidos e prontos para uso**.
- Em caso de acidente, desgaste excessivo ou manutenção prolongada, a contratada deverá disponibilizar **substituto em até 24 horas**, salvo condições extraordinárias justificadas.
- Ao final do contrato, a contratada deverá receber os veículos mediante vistoria conjunta, sem gerar ônus à Administração.

6.8. Obrigações da contratada

A empresa deverá:

- manter canal de atendimento imediato para demandas da fiscalização;
- apresentar relatórios periódicos de manutenção, quando solicitados;
- garantir que a frota contratada permaneça disponível durante 100% do período;
- cumprir prazos de substituição e assistência técnica;
- assegurar que todos os veículos atendam às normas de segurança e às leis de trânsito.

6.9. Acompanhamento e fiscalização

A Administração realizará:

- registro de ocorrências;
- conferência das condições dos veículos;
- validação das manutenções realizadas;
- verificação da conformidade com as cláusulas contratuais.

6.9.1. A contratada deverá fornecer toda a documentação e informações necessárias à fiscalização.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VII)

7.1 – A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização, pela empresa contratada, dos veículos locados conforme especificações constantes deste Termo de Referência e nos quantitativos definidos para cada item, garantindo pleno funcionamento e condições adequadas de uso durante toda a vigência contratual.

7.2 – Os veículos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato à AMAE-CM em estado de perfeita conservação com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, devidamente licenciados, assegurados, limpos, abastecidos e prontos para utilização imediata.

7.3 – Durante a execução contratual, caberá à contratada realizar **todas as manutenções preventivas e corretivas**, substituição de peças, pneus, fluidos e demais serviços necessários para garantir a segurança e eficiência dos veículos, sem qualquer ônus adicional à Administração.



7.4 – Em caso de pane, falha mecânica, sinistro, acidente ou qualquer situação que inviabilize o uso do veículo, a contratada deverá providenciar a **substituição imediata**, por meio de veículo reserva de modelo igual ou superior, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, salvo justificativa aceita pela fiscalização.

7.5 – A contratada deverá disponibilizar **assistência 24 (vinte e quatro) horas**, incluindo serviço de guincho, socorro mecânico e suporte emergencial, mantendo canal direto de comunicação com os fiscais designados.

7.6 – A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, que deverá(ão) registrar, em documento próprio, ocorrências, substituições, manutenções, quilometragem e demais informações relevantes ao controle contratual.

7.7 – O abastecimento dos veículos será realizado pela Administração Municipal, salvo quando previsto de forma diversa em acordo contratual específico ou em situações de substituição de veículo que exijam tratamento excepcional.

7.8 – A execução do contrato poderá incluir visitas técnicas dos fiscais aos veículos, vistorias periódicas e solicitações de documentação atualizada, como comprovantes de seguro, documentação veicular e registros de manutenção.

7.9 – Ao término da vigência contratual, os veículos deverão ser recolhidos pela contratada no local indicado pela Administração Municipal, sem qualquer ônus adicional ao Município, devendo ser realizado termo de devolução com registro do estado dos veículos locados.

7.10 – As demais condições de execução observarão as disposições do edital, da minuta contratual e da legislação aplicável, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 5.045/2024.

8. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso VIII)

8.1 – Todos os veículos disponibilizados deverão possuir **garantia plena de funcionamento**, sendo responsabilidade exclusiva da contratada assegurar o perfeito estado de conservação, uso, segurança e desempenho dos veículos durante toda a vigência contratual.

8.2 – Caberá à contratada realizar **todas as manutenções preventivas e corretivas**, incluindo mão de obra, peças, pneus, filtros, fluidos, troca de óleo, serviços mecânicos,



elétricos e eletrônicos, bem como qualquer outra intervenção necessária para garantir o pleno funcionamento dos veículos, sem ônus adicional à Administração.

8.3 – As manutenções preventivas deverão ser realizadas conforme a periodicidade recomendada pelo fabricante e mediante agendamento prévio com a Administração, de forma a não comprometer a continuidade dos serviços executados pelos setores usuários.

8.4 – Em caso de falha mecânica, pane, sinistro ou qualquer ocorrência que impossibilite o uso do veículo, a contratada deverá executar o atendimento por meio de **assistência técnica 24 (vinte e quatro) horas**, contemplando, no mínimo, os seguintes serviços:

- a) guincho/reboque;
- b) socorro mecânico;
- c) diagnóstico emergencial;
- d) atendimento em estradas e vias urbanas.

8.5 – Caso o veículo não possa ser reparado no local ou apresente indisponibilidade superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contratada deverá fornecer **veículo reserva**, de mesmas características ou superior, até a completa normalização da situação.

8.6 – Durante o período de manutenção de qualquer veículo, não poderá existir interrupção dos serviços prestados à Administração, devendo a contratada assegurar substituição imediata sempre que necessário.

8.7 – A AMAE-CM não será responsável por quaisquer custos relativos a manutenção, reparos, peças, pneus, serviços mecânicos, elétricos, documentação, seguro ou qualquer despesa relativa ao funcionamento dos veículos, cabendo tais responsabilidades exclusivamente à contratada.

8.8 – A contratada deverá manter registro atualizado das manutenções realizadas, incluindo datas, serviços executados, quilometragem e peças substituídas, devendo apresentar tais informações sempre que solicitado pela fiscalização.

8.9 – Todos os serviços de manutenção e assistência técnica deverão observar as normas de segurança, as instruções dos fabricantes, a legislação aplicável e os padrões de qualidade exigidos pela AMAE-CM.

9. DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: **(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso IX)**



9.1 - O valor máximo estimado para esta contratação será apresentado pela Equipe de cotação em documento próprio, elaborado após cotação mercadológica em quadro comparativo de preços.

9.1.1 – O resultado da pesquisa de preços constará em **quadro comparativo que será anexo ao processo**, devidamente assinado pela equipe de Cotação.

9.1.2. – O valor estimado será a **MEDIANA** e servirá como **limite máximo aceitável** para a contratação, observado o princípio da economicidade e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XI)

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:

ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	663	.3.3.90.39.00.00.00.00	1.759.0000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

10.2 Para esta atividade verificou-se, inclusive, a inovação legislativa advinda do preceito do art. 66 da Lei 14.133/21, segundo o qual os documentos alusivos à habilitação jurídica, limitando-se “a comprovação de existência jurídica da pessoa”

“Art. 66 – a habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa, e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”

10.2.1 – As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de **pertinência** com o objeto da licitação, sem



que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

10.2.2 – Não será admitido a participação de empresas atuantes em ramos **completamente impertinentes**, ou cuja natureza jurídica seja **incompatível** com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos neste T.R.

11. DA RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XII)

11.1 – Após análise da natureza do objeto desta contratação, conclui-se que **não é aplicável a reserva de cota** prevista nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o serviço de **locação de veículos automotores** não se enquadra entre aqueles passíveis de divisão ou reserva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI).

11.2 – A logística, infraestrutura e capacidade operacional exigidas para a execução da locação de veículos — incluindo frota disponível, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência 24 horas e substituição imediata — caracterizam o serviço como de **médio a grande porte**, inviabilizando a reserva de cota sem comprometer a competitividade e a vantajosidade da contratação.

11.3 – Assim, por razões **técnicas e operacionais**, e em observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, **não haverá reserva de cota ou exclusividade para ME, EPP ou MEI** nesta contratação, sendo a licitação **ampla**, conforme permitido pelo ordenamento jurídico.

11.4 – Permanecem assegurados os demais benefícios previstos na LC 123/2006, especialmente o critério de desempate e o tratamento diferenciado, desde que atendidos os requisitos legais pelos licitantes.

12. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIII)

12.1 – A contratação será realizada por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 5.045/2024 e demais normas pertinentes aplicáveis aos procedimentos licitatórios.



12.2 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, considerando que os veículos possuem características e finalidades distintas, sendo tecnicamente viável e economicamente vantajoso o parcelamento da contratação.

12.3 – O modo de disputa será **aberto**, permitindo a apresentação de lances sucessivos pelos licitantes, conforme previsto nos arts. 56 e 57 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal.

12.4 – Em todas as etapas do certame serão observados os princípios da transparência, competitividade, isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. DAS PROPOSTAS:

13.1 – Prazo de validade: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIV)

13.1.1 - As propostas apresentadas deverão ser válidas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.2 – Condições da Proposta

13.2.1 - As empresas interessadas deverão encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo conter a descrição do objeto ofertado e preço ofertado, com as características mínimas e quantidades estipuladas neste Termo de Referência.

13.2.2 - No campo destinado à descrição detalhada do objeto ofertado, a empresa deverá informar os dados complementares e singulares que o caracterizam, quando for o caso, não se admitindo a mera cópia do descritivo indicado no termo de referência, ficando a licitante sujeita a desclassificação.

13.2.3 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Termo de Referência.

13.3 – Exigência de Amostra, prova conformidade ou Prova de Conceito

13.3.1 – Não se aplica a este objeto.



14. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

14.1 – Para fins de habilitação, e conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 5.045/2024, os licitantes deverão comprovar capacidade técnica para execução da locação dos veículos objeto desta contratação, apresentando, no mínimo, os seguintes documentos:

14.1.1 – Atestado(s) de Capacidade Técnica

Atestado(s) ou declaração(ões) emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já forneceu ou fornece serviços de **locação de veículos**, em características, quantidades ou complexidade compatíveis com o objeto desta licitação.

14.1.2 – Comprovação de Frota Disponível

Declaração formal da empresa licitante informando que possui **frota própria ou disponível**, suficiente para atender aos itens que pretende disputar, contendo:

- a) identificação dos veículos (marca/modelo);
- b) ano de fabricação;
- c) quantidade mínima necessária à execução do objeto;
- d) comprovação de disponibilidade, em caso de frota terceirizada ou arrendada.

A Administração poderá solicitar documentos complementares **para comprovar a veracidade das informações**, inclusive vistorias prévias, quando necessário.

14.1.3 – Assistência Técnica e Manutenção

Comprovação documental de que a licitante possui estrutura adequada para **prestação de manutenção preventiva e corretiva**, assistência técnica, substituição de veículos e atendimento 24 horas, podendo ser apresentados:

- a) contrato(s) ou declaração(ões) de parceria com oficinas credenciadas;
- b) endereço(s) da rede de atendimento;
- c) descrição dos serviços que serão prestados.

14.1.4 – Seguro da Frota

Declaração formal de que todos os veículos serão entregues com **seguro total vigente**, incluindo cobertura contra colisão, incêndio, roubo/furto e danos a terceiros, devendo a apólice completa ser apresentada antes da assinatura contratual.

14.1.5 – Equipe Técnica



Caso aplicável, declaração de que dispõe de **peçoal qualificado** para atendimento às demandas de manutenção e assistência emergencial, em conformidade com as exigências deste Termo de Referência.

14.2 – Outras exigências

14.2.1 – A Administração poderá, a qualquer momento, realizar diligências ou solicitar documentação adicional para comprovar a veracidade dos atestados e declarações apresentados.

14.2.2 – A apresentação de documentos falsos constituirá motivo para inabilitação e demais sanções previstas em lei.

14.2.3 – Os documentos deverão ser apresentados em nome da empresa licitante, conforme regras do edital e da legislação vigente.

15. DOS REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVI)

15.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), conforme o caso, expedido pela Secretaria da Receita Federal;

15.2 - Cópia dos documentos pessoais do representante legal da empresa e/ou do responsável pela assinatura do instrumento contratual, neste último caso, acompanhado de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para tal ato;

15.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

15.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão emitida pelo órgão competente do estado;

15.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do Parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212/91;

15.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



15.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CNDT.

16. DO CONTRATO

16.1 – Prazo e Prorrogação (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVII)

16.1.1 – O contrato iniciará sua vigência após a homologação do processo licitatório e assinatura pela contratada, com duração de **até 12 (doze) meses**.

16.1.2 – Não será aplicável a prorrogação contratual, tendo em vista a natureza do objeto e conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

16.2 – Prazo para Assinatura: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XVIII)

16.2.1 – O contrato a ser celebrado com a licitante vencedora deverá conter as condições previstas no instrumento convocatório e seus anexos, indispensáveis à fiel execução do objeto desta licitação.

16.2.2 – Homologado o resultado do certame, a empresa adjudicatária será convocada a comparecer para assinatura do contrato, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, na sede do órgão demandante, em conformidade com o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.3 – A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento integral da obrigação, sujeitando a empresa às sanções previstas no edital, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021.

16.2.4 – Nessa hipótese, a licitante perderá o direito à contratação, facultando-se à Administração convocar a segunda colocada, e assim sucessivamente, observando-se o disposto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

16.3 – Requisitos da Contratação: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XIX)

16.3.1 – Os requisitos específicos da contratação encontram-se detalhados por item no **subitem 1.2 – Especificação do Objeto** deste Termo de Referência, que integra este documento para todos os fins.

16.4 – Reajuste

16.4.1 – Não se aplica reajuste a esta contratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e na política de custos adotada pela Administração.

16.5 – Garantia Contratual

16.5.1 – Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentação técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar.



16.6 – Subcontratação

16.6.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a execução ocorrer exclusivamente pela empresa contratada, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DO CONTRATANTE: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XX)

17.1 – Compete ao Contratante assegurar as condições necessárias para o acompanhamento, fiscalização e pleno cumprimento do objeto contratado, observadas as disposições deste Termo de Referência, do edital e da legislação vigente.

17.2 – Constituem obrigações do Contratante:

17.2.1 – Fiscalização e Acompanhamento

a) designar formalmente fiscal e, quando necessário, substituto e equipe de apoio para acompanhar e registrar a execução contratual, em conformidade com os arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021;

b) realizar inspeções, vistorias e verificações periódicas nos veículos, sempre que necessário, garantindo a conformidade com as especificações exigidas.

17.2.2 – Comunicações à Contratada

c) informar à contratada, de forma clara e tempestiva, qualquer ocorrência, irregularidade ou situação que demande correções ou substituições de veículos;
d) solicitar esclarecimentos ou documentos complementares quando indispensáveis ao adequado acompanhamento da execução.

17.2.3 – Documentos e Condições Administrativas

e) fornecer informações e documentos necessários ao desempenho das atividades contratadas;
f) garantir os meios administrativos internos para recebimento das notas fiscais e processamento regular dos pagamentos.

17.2.4 – Pagamentos

g) efetuar o pagamento mensal das notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização, dentro dos prazos legais e contratuais;
h) aplicar descontos proporcionais em caso de indisponibilidade ou descumprimento por parte da contratada, conforme regras de medição.

17.2.5 – Obrigações Legais

i) observar e garantir o cumprimento das obrigações previstas na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 5.045/2024 e normas correlatas;



j) aplicar, quando necessário, as penalidades previstas no edital e no contrato, em caso de descumprimento por parte da contratada.

17.2.6 – Apoio Operacional

k) disponibilizar local adequado para entrega e devolução dos veículos, quando aplicável;

l) garantir aos servidores que utilizarem os veículos o devido zelo e respeito às regras de uso estabelecidas pela Administração.

17.3 – A fiscalização exercida pelo Contratante não exime a contratada de suas responsabilidades, nem transfere à Administração qualquer ônus decorrente de falhas na execução dos serviços.

18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXI)

18.1 – A contratada é responsável por cumprir integralmente as condições previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato, garantindo a execução adequada e contínua da locação dos veículos.

18.2 – Constituem obrigações da contratada:

18.2.1 – Disponibilização dos Veículos

- a) disponibilizar os veículos conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no item 1.2 deste Termo de Referência;
- b) entregar os veículos em perfeito estado de uso, higienizados, licenciados, segurados e prontos para operação;
- c) substituir qualquer veículo que apresente defeito, desgaste excessivo, falhas de segurança ou estiver em desacordo com as exigências estabelecidas.

18.2.2 – Manutenção e Assistência

- d) realizar todas as manutenções preventivas e corretivas, incluindo peças, pneus, serviços mecânicos, elétricos e eletrônicos, sem ônus adicional para o Contratante;
- e) promover assistência 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico e atendimento emergencial;
- f) fornecer veículo reserva de características iguais ou superiores no prazo máximo contratado, em caso de indisponibilidade.

18.2.3 – Documentação e Seguro

- g) manter toda a documentação dos veículos regular e atualizada (CRLV, licenciamento, IPVA, DPVAT quando aplicável etc.);
- h) manter seguro total vigente para todos os veículos, incluindo cobertura contra colisão, incêndio, roubo/furto e danos a terceiros, durante toda a vigência contratual;
- i) apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, comprovantes de apólices, manutenções, vistorias e demais registros.



18.2.4 – Conformidade Legal e Contratual

- j) cumprir integralmente a legislação de trânsito, normas ambientais, requisitos de segurança e demais regras aplicáveis;
- k) observar os princípios e normas da Administração Pública, especialmente os previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- l) garantir a confidencialidade de dados e informações acessados durante a execução contratual, em conformidade com a LGPD.

18.2.5 – Comunicação e Atendimento

- m) comunicar imediatamente ao Contratante qualquer ocorrência que comprometa a prestação do serviço, como acidentes, sinistros, roubo, falhas mecânicas ou indisponibilidade;
- n) manter canal de atendimento direto com a fiscalização para esclarecimentos, solicitações e apoio operacional.

18.2.6 – Obrigações Operacionais

- o) arcar integralmente com despesas relacionadas a seguro, manutenção, reposição de peças, pneus, tributos, licenciamento e quaisquer outras inerentes ao veículo;
- p) disponibilizar os veículos no local indicado pelo Contratante, respeitando prazos e condições estabelecidas;
- q) substituir motoristas ou funcionários vinculados, caso demonstrada conduta inadequada ou descumprimento de instruções da Administração, quando aplicável.

18.2.7 – Penalidades e Responsabilidade

- r) responder por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros decorrentes de falhas na execução do serviço;
- s) sujeitar-se às penalidades previstas no edital e no contrato em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

18.3 – O não atendimento a qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência implicará aplicação das penalidades administrativas e demais medidas cabíveis conforme legislação vigente.

19 – PREVISÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL: (Decreto 5.045/24 –

Art. 14 – Inciso XXII)

19.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20 – PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO: (Decreto 5.045/24 –

Art. 14 – Inciso XXIII)

20.1- Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



21 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXIV)

21.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

21.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

21.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

21.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

21.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

21.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

21.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de 2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:



FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Cristiano da Silva Pinheiro	244
GESTOR SUBSTITUTO	Filipe da Silva Barcelos	284
FISCAL TÉCNICO	Luciano da Silva Silvério	304
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Leno Neves de Aguiar	262
FISCAL ADMINISTRATIVO	Arthur de Almeida Pereira	270
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Flavio Alves	228

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXV)

22.1 – A medição será realizada **mensalmente**, com base na efetiva disponibilidade dos veículos locados, conforme quantitativos e especificações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

22.2 – Para fins de medição, será considerado o **valor unitário mensal por veículo**, multiplicado pelo número de veículos efetivamente disponibilizados durante o período de referência.

22.3 – A contratada deverá apresentar, mensalmente, **nota fiscal** acompanhada de relatório contendo, no mínimo:

- a) identificação dos veículos;
- b) período de utilização;
- c) registro de eventuais substituições ou indisponibilidades;
- d) comprovação da manutenção preventiva realizada, quando aplicável;
- e) declaração de que todos os veículos permaneceram seguros durante o período faturado.

22.4 – A fiscalização do contrato deverá verificar o cumprimento integral das condições pactuadas, validando a medição e atestando a prestação do serviço para fins de pagamento.

22.5 – O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal.

22.6 – Em caso de indisponibilidade do veículo, exceto quando a substituição ocorrer dentro do prazo contratual, será aplicado **desconto proporcional ao período de não prestação do serviço**, conforme regras estabelecidas no edital e no contrato.



22.7 – Não será devido pagamento adicional por manutenção, reparos, seguro, assistência 24 horas, licenciamento, substituição de veículo ou qualquer outra despesa inerente ao cumprimento das obrigações da contratada, uma vez que tais custos já estão incluídos nos valores unitários ofertados.

22.8 – Em caso de divergências, irregularidades ou descumprimentos que impeçam a medição regular, a Administração poderá **glosar valores** ou suspender o pagamento até a devida correção pela contratada.

23. DA SEGURANÇA DE DADOS:

23.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

23.2.1 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.3 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

23.4 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

23.5 – A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

23.6 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

23.7 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em



ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

23.8 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (Decreto 5.045/24 – Art. 14 – Inciso XXVI)

24.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

24.2 - Conforme o disposto nos arts. 156 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o contratado estará sujeito às seguintes sanções em caso de inadimplemento, descumprimento das obrigações contratuais ou irregularidades na execução do objeto:

- **Advertência;**
- **Multa**, nos percentuais e condições estabelecidos no contrato;
- **Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública**

24.3 - A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo ao contratado ampla defesa e contraditório, conforme previsto na legislação vigente.

Cachoeiras de Macacu, 05 de maio de 2026.



Thailine dos Santos Prommerschenkel

Matrícula 334

Responsável pela elaboração do TR

Fábio Marinelli Pontes

Presidente da AMAE-CM

Portaria nº 0235/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2920/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

ANEXO II - PREÇOS MÁXIMOS PROPOSTOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Item	Descrição	Período	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine dupla (4 portas), combustível diesel, tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 630 kg, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.	12 meses	1	R\$ 7.805,68	R\$ 93.668,16



Item	Descrição	Período	Quantidade	Valor unitário	Valor total
2	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine dupla (4 portas), combustível flex (gasolina/etanol), tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 1 (uma) tonelada, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada	12 meses	1	R\$ 7.668,51	R\$ 92.022,12
3	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine simples (2 portas), combustível flex (gasolina/etanol), tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 630 kg, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada	12 meses	3	R\$ 17.700,00	R\$ 212.400,00



Item	Descrição	Período	Quantidade	Valor unitário	Valor total
4	Veículo de passeio com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, motorização mínima 1.0, cor branca, combustível flex (gasolina/etanol), transmissão manual ou automática, 4 portas, capacidade mínima de 05 (cinco) ocupantes, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.	12 meses	4	R\$ 22.000,00	R\$ 264.000,00
Valor total		R\$ 662.090,28			

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2129/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

CONTRATO Nº XXXX/2026 QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
AUTARQUIA MUNICIPAL DE
ÁGUA E ESGOTO – AMAE/CM E
A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.



A AUTARQUIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CACHOEIRAS DE MACACU – AMAE/CM, Entidade Autárquica de Direito Público, da Administração Indireta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.754.024/0001-85, com sede à Rua Joaquim Antônio da Rosa Sobrinho, 19 - Centro - Cachoeiras de Macacu/RJ – RJ, neste ato representada pelo Presidente, Sr. FÁBIO MARINELLI PONTES, Casado, Empresário, portador da Carteira de Identidade nº 125357087 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº 054.181.617-92, residente e domiciliado à Rodovia RJ 116, 39 – Parque Santa Luzia – Cachoeiras de Macacu/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, na presença das testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente Contrato, oriundo do Processo licitação na modalidade Pregão Eletrônica nº XXX/2026 e Processo Administrativo nº 2926/2026, com base na Lei nº 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Contratação de solução continuada para atendimento às demandas de mobilidade institucional, mediante a disponibilização de veículos automotores em caráter não permanente, visando assegurar o deslocamento de pessoal, materiais e equipamentos necessários à execução das atribuições da AMAE-CM, conforme condições técnicas, operacionais e administrativas.

Item	Descrição	Período	Quantidade
1	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine dupla (4 portas), combustível diesel, tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 630 kg, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado,	12 meses	1



Item	Descrição	Período	Quantidade
	sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.		
2	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine dupla (4 portas), combustível flex (gasolina/etanol), tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 1 (uma) tonelada, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada	12 meses	1
3	Caminhonete aberta com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, cor branca, cabine simples (2 portas), combustível flex (gasolina/etanol), tração 4x2 ou 4x4, capacidade mínima de carga de 630 kg, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada	12 meses	3



Item	Descrição	Período	Quantidade
4	Veículo de passeio com até 10 (dez) anos de fabricação/uso, motorização mínima 1.0, cor branca, combustível flex (gasolina/etanol), transmissão manual ou automática, 4 portas, capacidade mínima de 05 (cinco) ocupantes, direção Assistida (hidráulica, elétrica ou eletroassistida), ar-condicionado obrigatório, sistema de freios ABS, airbags frontais, cintos de segurança 03 pontos para todos os ocupantes, quilometragem livre com manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada, seguro com cobertura total (casco, terceiros, APP), licenciamento regularizado, sem ônus para a contratante, identificação visual já instalada conforme normas do órgão por conta da contratada.	12 meses	4

1.2 – Requisitos de Contratação:

1.2.1 – A empresa contratada deverá disponibilizar todos os veículos em perfeito estado de conservação, com zero quilômetros, devidamente licenciados e aptos à utilização imediata.

1.2.2 – A contratada será responsável pela manutenção **preventiva e corretiva**, abrangendo mão de obra, peças, pneus, fluidos, serviços mecânicos e elétricos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

1.2.3 – A contratada deverá fornecer **assistência 24 (vinte e quatro) horas**, incluindo serviço de guincho/reboque e socorro mecânico, com número de contato e procedimento de acionamento divulgados à Administração.

1.2.4 – Em caso de pane, sinistro, falha mecânica ou outra indisponibilidade, a contratada deverá disponibilizar **veículo reserva** e efetuar a **substituição imediata**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo motivo justificado e previamente aceito pela Administração.

1.2.5 – Todos os veículos deverão contar com **seguro total** vigente, cobrindo colisão, incêndio, roubo/furto, danos a terceiros e assistência emergencial, devendo a contratada apresentar apólice e comprovantes sempre que exigido pela fiscalização.

1.2.6 – A contratada arcará integralmente com **todas as despesas administrativas e legais** relativas aos veículos, inclusive licenciamento, IPVA, seguros, multas anteriores à entrega e demais taxas, não sendo admitido qualquer ressarcimento por parte da Administração.



1.2.7 – Os veículos deverão estar equipados com os **itens de segurança obrigatórios**, incluindo airbags (quando aplicável), freios ABS, cintos de segurança para todos os ocupantes, estepe em condições, triângulo, macaco e chave de roda.

1.2.8 – A contratada deverá disponibilizar **canal de atendimento** com pessoa(s) responsável(is) indicada(s) e prazo de resposta para ocorrências, devendo constar plano de atendimento e SLA no contrato.

1.2.9 – A entrega dos veículos deverá ocorrer com **nível de combustível compatível com a política da contratada**, sendo que a devolução observará o mesmo nível pactuado entre as partes, registrado em documento de entrega.

1.2.10 – A substituição de veículo por motivo técnico deverá ser feita por outro veículo de **modelo/versão igual ou superior** ao originalmente contratado, sem qualquer ônus adicional.

1.2.11 – A locação será **com quilometragem livre**, sendo vedada qualquer cobrança adicional por quilometragem, salvo previsão expressa em contrário no instrumento contratual devidamente justificada e aprovada pela Administração.

1.2.12 – A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, **relatórios periódicos de manutenção**, comprovantes de despesas efetuadas com reparos (quando aplicável), cópias de apólices de seguros e demais documentos necessários ao controle e acompanhamento contratual.

1.2.13 – Fica vedada a subcontratação total do objeto; eventual subcontratação parcial somente será admitida mediante prévia e expressa autorização por escrito da Administração, devidamente justificada e instruída com documentos que comprovem capacidade técnica e regularidade do subcontratado.

1.2.14 – É vedado à contratada transferir a qualquer título os encargos ou obrigações deste contrato sem prévia autorização por escrito da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE:

2.1 – Compete ao Contratante assegurar as condições necessárias para o acompanhamento, fiscalização e pleno cumprimento do objeto contratado, observadas as disposições deste Termo de Referência, do edital e da legislação vigente.

2.2 – Constituem obrigações do Contratante:

2.2.1 – Fiscalização e Acompanhamento

a) designar formalmente fiscal e, quando necessário, substituto e equipe de apoio para acompanhar e registrar a execução contratual, em conformidade com os arts. 117 e 118



da Lei nº 14.133/2021;
b) realizar inspeções, vistorias e verificações periódicas nos veículos, sempre que necessário, garantindo a conformidade com as especificações exigidas.

2.2.2 – Comunicações à Contratada

c) informar à contratada, de forma clara e tempestiva, qualquer ocorrência, irregularidade ou situação que demande correções ou substituições de veículos;
d) solicitar esclarecimentos ou documentos complementares quando indispensáveis ao adequado acompanhamento da execução.

2.2.3 – Documentos e Condições Administrativas

e) fornecer informações e documentos necessários ao desempenho das atividades contratadas;
f) garantir os meios administrativos internos para recebimento das notas fiscais e processamento regular dos pagamentos.

2.2.4 – Pagamentos

g) efetuar o pagamento mensal das notas fiscais devidamente atestadas pela fiscalização, dentro dos prazos legais e contratuais;
h) aplicar descontos proporcionais em caso de indisponibilidade ou descumprimento por parte da contratada, conforme regras de medição.

2.2.5 – Obrigações Legais

i) observar e garantir o cumprimento das obrigações previstas na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 5.045/2024 e normas correlatas;
j) aplicar, quando necessário, as penalidades previstas no edital e no contrato, em caso de descumprimento por parte da contratada.

2.2.6 – Apoio Operacional

k) disponibilizar local adequado para entrega e devolução dos veículos, quando aplicável;
l) garantir aos servidores que utilizarem os veículos o devido zelo e respeito às regras de uso estabelecidas pela Administração.

2.3 – A fiscalização exercida pelo Contratante não exime a contratada de suas responsabilidades, nem transfere à Administração qualquer ônus decorrente de falhas na execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:

3.1 – A contratada é responsável por cumprir integralmente as condições previstas neste Termo de Referência, no edital e no contrato, garantindo a execução adequada e contínua da locação dos veículos.



3.2 – Constituem obrigações da contratada:

3.2.1 – Disponibilização dos Veículos

- a) disponibilizar os veículos conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas no item 1.2 deste Termo de Referência;
- b) entregar os veículos em perfeito estado de uso, higienizados, licenciados, segurados e prontos para operação;
- c) substituir qualquer veículo que apresente defeito, desgaste excessivo, falhas de segurança ou estiver em desacordo com as exigências estabelecidas.

3.2.2 – Manutenção e Assistência

- d) realizar todas as manutenções preventivas e corretivas, incluindo peças, pneus, serviços mecânicos, elétricos e eletrônicos, sem ônus adicional para o Contratante;
- e) promover assistência 24 horas, incluindo guincho, socorro mecânico e atendimento emergencial;
- f) fornecer veículo reserva de características iguais ou superiores no prazo máximo contratado, em caso de indisponibilidade.

3.2.3 – Documentação e Seguro

- g) manter toda a documentação dos veículos regular e atualizada (CRLV, licenciamento, IPVA, DPVAT quando aplicável etc.);
- h) manter seguro total vigente para todos os veículos, incluindo cobertura contra colisão, incêndio, roubo/furto e danos a terceiros, durante toda a vigência contratual;
- i) apresentar à fiscalização, sempre que solicitado, comprovantes de apólices, manutenções, vistorias e demais registros.

3.2.4 – Conformidade Legal e Contratual

- j) cumprir integralmente a legislação de trânsito, normas ambientais, requisitos de segurança e demais regras aplicáveis;
- k) observar os princípios e normas da Administração Pública, especialmente os previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- l) garantir a confidencialidade de dados e informações acessados durante a execução contratual, em conformidade com a LGPD.

3.2.5 – Comunicação e Atendimento

- m) comunicar imediatamente ao Contratante qualquer ocorrência que comprometa a prestação do serviço, como acidentes, sinistros, roubo, falhas mecânicas ou indisponibilidade;
- n) manter canal de atendimento direto com a fiscalização para esclarecimentos, solicitações e apoio operacional.

3.2.6 – Obrigações Operacionais

- o) arcar integralmente com despesas relacionadas a seguro, manutenção, reposição de peças, pneus, tributos, licenciamento e quaisquer outras inerentes ao veículo;
- p) disponibilizar os veículos no local indicado pelo Contratante, respeitando prazos e



condições estabelecidas;
q) substituir motoristas ou funcionários vinculados, caso demonstrada conduta inadequada ou descumprimento de instruções da Administração, quando aplicável.

3.2.7 – Penalidades e Responsabilidade

r) responder por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros decorrentes de falhas na execução do serviço;
s) sujeitar-se às penalidades previstas no edital e no contrato em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

3.3 – O não atendimento a qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência implicará aplicação das penalidades administrativas e demais medidas cabíveis conforme legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

4.1 – A medição será realizada **mensalmente**, com base na efetiva disponibilidade dos veículos locados, conforme quantitativos e especificações previstas neste Termo de Referência e no contrato.

4.2 – Para fins de medição, será considerado o **valor unitário mensal por veículo**, multiplicado pelo número de veículos efetivamente disponibilizados durante o período de referência.

4.3 – A contratada deverá apresentar, mensalmente, **nota fiscal** acompanhada de relatório contendo, no mínimo:

- a) identificação dos veículos;
- b) período de utilização;
- c) registro de eventuais substituições ou indisponibilidades;
- d) comprovação da manutenção preventiva realizada, quando aplicável;
- e) declaração de que todos os veículos permaneceram seguros durante o período faturado.

4.4 – A fiscalização do contrato deverá verificar o cumprimento integral das condições pactuadas, validando a medição e atestando a prestação do serviço para fins de pagamento.

4.5 – O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal.

4.6 – Em caso de indisponibilidade do veículo, exceto quando a substituição ocorrer dentro do prazo contratual, será aplicado **desconto proporcional ao período de não prestação do serviço**, conforme regras estabelecidas no edital e no contrato.

4.7 – Não será devido pagamento adicional por manutenção, reparos, seguro, assistência 24 horas, licenciamento, substituição de veículo ou qualquer outra despesa inerente ao



cumprimento das obrigações da contratada, uma vez que tais custos já estão incluídos nos valores unitários ofertados.

4.8 – Em caso de divergências, irregularidades ou descumprimentos que impeçam a medição regular, a Administração poderá **glosar valores** ou suspender o pagamento até a devida correção pela contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

5.1 – A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas em conformidade com o art. 117, §1º da Lei nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 5.022 de 2024.

5.2 – Cabe ao Gestor do contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

5.3 – Cabe ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela Administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

5.4 – Cabe ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento;

5.5 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercido por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

5.6 – A distinção das atividades de que trata o parágrafo 1º não poderá comprometer o desempenho das ações relacionadas à gestão do contrato.

5.7 – Os Gestores e Fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021 e do art. 29 do Decreto Municipal nº 5.022 de



2024, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

INDICAÇÕES:

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA
GESTOR	Cristiano da Silva Pinheiro	244
GESTOR SUBSTITUTO	Filipe da Silva Barcelos	284
FISCAL TÉCNICO	Luciano da Silva Silvério	304
FISCAL TÉCNICO SUBSTITUTO	Leno Neves de Aguiar	262
FISCAL ADMINISTRATIVO	Arthur de Almeida Pereira	270
FISCAL ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO	Flavio Alves	228

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA :

6.1 – Prazo e Prorrogação

6.1.1 – O contrato terá início após a homologação do processo de licitação e assinatura pelas partes, com duração de até 12 (doze) meses, em conformidade com o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1.2 – Caso seja interesse, o contrato poderá ser prorrogado a critério da Administração perante a comprovação da vantagem econômica, conforme artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 – Prazo para Assinatura:

6.2.1 – O contrato a ser celebrado com a licitante vencedora deverá conter as condições previstas no instrumento convocatório e seus anexos, indispensáveis à fiel execução do objeto desta licitação.

6.2.2 – Homologado o resultado do certame, a empresa adjudicatária será convocada a comparecer para assinatura do contrato, no prazo de 10 (**dez**) **dias úteis**, na sede do órgão demandante, em conformidade com o art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.3 – A recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará descumprimento integral da obrigação, sujeitando a empresa às sanções previstas no edital, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021.



6.2.4 – Nessa hipótese, a licitante perderá o direito à contratação, facultando-se à Administração convocar a segunda colocada, e assim sucessivamente, observando-se o disposto no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

6.3 – Reajuste

6.3.1 – Não se aplica reajuste a esta contratação, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar e na política de custos adotada pela Administração.

6.4 – Garantia Contratual

6.4.1 – Não será exigida garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentação técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

6.5 – Subcontratação

6.5.1 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a execução ocorrer exclusivamente pela empresa contratada, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1 O valor total contratado será de **R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, referente ao valor mensal de **R\$ XXX,XX (XXXXXXXXXX)** em 12 parcelas.

7.1.1 - Os valores estabelecidos nesta cláusula incluem todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor, incidentes direta ou indiretamente, bem como as despesas de quaisquer naturezas decorrentes da execução do contrato, sendo os valores fixos e irredutíveis.

7.2 O pagamento será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, e o fornecimento será conforme a demanda.

7.4 O CONTRATANTE poderá promover alterações contratuais, observadas as limitações constantes na Lei n. 14.133/2021, arts. 125 e 126.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da AMAE de Cachoeiras de Macacu/RJ, sendo atendida pela seguinte dotação:



ÓRGÃO	UNIDADE	RÚBRICA	FONTE	ORIGEM DA FONTE
30	30.033	.3.3.90.39.00.00.00.00	1.759.0000	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1 No caso de eventual atraso no pagamento e, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, poderá haver incidência de atualização monetária, sobre o valor devido, pro rata temporis, ocorrida entre a data limite estipulada para pagamento e a da efetiva realização.

9.1.1 Para esse fim, será utilizada a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

9.2 O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Em caso de descumprimento às regras deste contrato, e observado o regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

10.1.1 advertência, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.1.2 multa moratória:

a) de 1,3% (um inteiro e três décimos por cento), ao dia, limitado a 20 (vinte) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de atraso injustificado do fornecimento da senha de acesso à plataforma.

b) no percentual de 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de interrupção do serviço, sem justificativa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.



c) no percentual de 1,0% (um por cento), ao dia, limitado a 8 (oito) dias corridos, calculada sobre o valor anual da contratação, no caso de reincidência do descumprimento descrito na alínea b deste item.

c.1) Considera-se reincidência a interrupção de que trata a alínea "b" deste item, por mais de uma vez, em período igual ou inferior a 30 (trinta) dias.

d) 0,1% (um décimo por cento) a hora/dia/ocorrência, limitado a 3,0% (três por cento), sobre o valor anual da contratação, no descumprimento de quaisquer obrigações contratuais previstas na execução do objeto, e não arroladas nos itens acima.

10.1.3 multa compensatória, no valor de:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução parcial do contrato.

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor anual da contratação, aplicada em caso de inexecução total do contrato.

10.1.4 impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, aplicada em razão das seguintes ocorrências:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 04 (quatro) meses;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses;

c) dar causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento do direito de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ pelo período de 12 (doze) meses.

10.1.4.1 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Cachoeiras de Macacu/RJ não poderá ser aplicada cumulativamente com a declaração de inidoneidade.

10.1.4.2 A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima do **CONTRATANTE**.



10.2 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente a sanção de multa.

10.3 A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4.1 O valor referente à multa poderá, antes dos procedimentos descritos no item acima, ser recolhido ao Tesouro Municipal por meio Guia de Recolhimento do Município, nos termos do §8º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

10.4.2 O atraso no recolhimento de multas será corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

10.5 É admitida a reabilitação **CONTRATADA** perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os requisitos constantes no artigo 163 da Lei 14.133/2021, em especial:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10.6 A sanção por prestar declaração falsa durante a execução do contrato e a sanção por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá como condição de reabilitação da **CONTRATADA**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

10.7 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste contrato será realizada mediante instauração de procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, cujos prazos para realização dos atos serão os previstos nos arts. 157, 158 e 159 da Lei 14.133/2021.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o contratante, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

10.11 A aplicação da multa não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

10.12 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Fica assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, conforme disposto nos arts. 124, inciso II, alínea “d”, 130 e 131 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser concedido a pedido da CONTRATADA ou por iniciativa da Administração, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que alterem significativamente os custos da execução do contrato.

11.2.1 Para fins de análise do pedido de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória suficiente, demonstrando:

- I – a ocorrência do fato gerador do desequilíbrio;
- II – o impacto efetivo nos custos da execução contratual;
- III – a relação direta entre o evento ocorrido e a alteração dos encargos assumidos;
- IV – a memória de cálculo detalhada da recomposição pretendida.



11.3 O pedido será analisado pela Administração, podendo ser deferido total ou parcialmente, mediante formalização por meio de termo aditivo, observado o interesse público e a vantajosidade da contratação.

11.4 Ressalta-se que o reequilíbrio econômico-financeiro não se confunde com o reajuste ou a repactuação contratual, os quais possuem regras próprias previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1 Este contrato poderá ser extinto a juízo do **CONTRATANTE**, com base nos arts. 106, inciso III e 137 a 139, da Lei 14.133/2021, especialmente quando entender que a **CONTRATADA** não está cumprindo de forma satisfatória as avenças estabelecidas, independentemente da aplicação das penalidades estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 Em conformidade com o disposto na Lei n. 14.133/2021, art. 94, o contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo 10 dias úteis, contados da sua assinatura.

13.2 O contrato também será publicado, na íntegra, e respeitadas as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, na Transparência Pública do CJF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ANEXOS

14.1 - Integram este contrato, como anexos, a cópia do Termo de Referência, das quais os signatários declaram ciência.

14.2 - No caso de conflito prevalecem às disposições constantes deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, é competente o foro do Juízo da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no que se refere a qualquer ação ou medida judicial originada ou referente ao instrumento contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes contratantes ficarão exoneradas do cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, quando ocorrerem motivos de força maior ou caso fortuito, assim definidos no parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

16.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, bem como dos princípios de direito público.

16.3 O **CONTRATANTE** não realizará operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos nem de outros tipos de cessão decorrentes deste contrato.

16.4 A **CONTRATADA** assumirá, de forma exclusiva, todas as dívidas que venha a contrair com vistas ao cumprimento das obrigações oriundas deste contrato, ficando certo, desde já, que o **CONTRATANTE** não será responsável solidário.

16.5 A documentação necessária para pagamento, pedido de prorrogação de prazo, recursos, defesa prévia e outros inerentes à contratação deverão ser protocoladas no setor próprio da AMAE-CM, situado na Rua Santo Antônio, nº 49 – Centro – Cachoeiras de Macacu/RJ

16.6 Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

16.6.1 O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao necessário para a realização de suas finalidades, sendo observados:

- a) a compatibilidade com a finalidade especificada;
 - b) o interesse público;
 - c) a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.
- E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes este instrumento, na forma eletrônica, para todos os fins de direito.

Cachoeiras de Macacu/RJ, XX de XXXXX de 2026.

FÁBIO MARINELLI PONTES

Presidente da AMAE-CM

XXXXXXXXXXXXXXXXXX



EMPRESA CONTRATADA

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Endereço:

Endereço:

RG:

RG:

CPF :

CPF